

Termo de Referência 64/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
64/2023	110511-CENTRO GESTOR OP. SISTEMA PROTECAO AMAZONIA	JOAO RICARDO BANDEIRA SALES	23/04/2024 18:13 (v 44.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		60090.000481/2023-18

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento de câmeras de vídeo monitoramento e dispositivos de segurança, **com instalação**, para atender às necessidades do Centro de Coordenação-Geral (CCG), do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Cansipam) nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND	QTD	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
	Aquisição de câmeras de vídeo monitoramento e dispositivos de segurança, para atender às necessidades com instalação, do Centro de Coordenação-Geral (CCG), do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Cansipam).		SV	01	
	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:  Câmera VHL 1220 B, Modelo Bullet HDCVI LITE 2 megapixels, Alta definição de Imagens Full HD 1080p, Menu OSD na linha de entrada, Novo protocolo HDCVI, Tipo Sensor: Cmos ½.7Sensor 2 megapixels CMOS Pixels efetivos 1920 (H) x 1080 (V) Linhas horizontais 1920H Resolução real Full HD: 1080p, linha HDCVI LITE, Marca: Intelbrás. Compatível ou de melhor qualidade		Un	47	
	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:  Sistema Circuito Fechado Tv Componentes: Dvr com capacidade de armazenamento de até 10tb, Modelo MHDX 16 Canais, Tipo Sistema: Gravação Digital Aplicação: Sistema De Segurança GRAVADOR DIGITAL DE VÍDEO Compatível com 5 tecnologias: HDCVI + AHD + HDTVI + Analógica + IP Compressão de vídeo H.265 e H.265+ Detecção inteligente		Un	04	

1	de pessoas e veículos Saídas de vídeo VGA, HDMI e BNC Visualização em 1080p Compatibilidade com protocolo Onvif Modo NVR Transforma todos os canais BNC em IP Função BNC + IP Adiciona câmeras IP ao DVR Suporta 1 HD SATA de alta capacidade Edição de áudio e vídeo Compatível com redes Wi-Fi através de adaptador USB com Hd 4tb Purple. Marca: Intelbrás. Compatível ou de melhor qualidade.			
	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:  Cabo Modelo UTP para redes de dados Material Condutor: Cobre Bitola Condutor: 23 AWG Tipo Condutor: Trançado Tipo Cabo: UTP Cor: Cinza Categoria: 6 Aplicação: Conexão De Rede Material Isolamento Condutor: PVC com 8 vias de cobre 23 AWG, Frequência de operação: até 250 MHz, Impedância 100 Ohms, Classificação frente à chama CMX 70°C, Condutores sólidos de cobre, Capa isolante em PVC, Sem blindagem para Uso internocom bobina de 300mts.	Un	03	
	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:  Cabo Coaxial Material Cobertura: Pvc Anti-Chama Flexível Aplicação: Ligação De Câmera De Cftv Tipo Blindagem: Com 95% Malha De Cobre Material Dielétrico: Polietileno. Material Do Condutor: Cobre Estandado. Material Cobertura: Pvc Características Adicionais: Tubulação Flexível, Tripolar Aplicação: Ligação De Câmera De Cftv Bobina de Cabo CFTV 100/3004MM 80% de Malha 2X26 AWG 100% Cobre NU com alimentação. com bobina de 500mts.	14826	Un	01
	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:  Conversor Impedância Características Adicionais: Leds: Sinalização De Video E Alimentação Tensão Alimentação: 12 V Tipo Conexão Entrada: RJ45 Aplicação: Interligação De Equipamento De Vídeo E Alimentação, Tipo Baluns passivos com transmissão de vídeo com Proteção contra surtos de tensão, Filtro contra interferência e ruídos, Conector com parafuso, Conector BNC macho, Categoria do cabo UTP: 5 ou superior, Compatíveis com o formato de vídeo NTSC, Compatíveis com as tecnologias analógicas tradicionais, HD, Full HD, 4MP e 4K. Marca: Intelbrás. Compatível ou de melhor qualidade.		Un	25
	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:  Central Monitoramento com receptor sem fio Compatibilidade Sistemas: Comunicação Ethernet Dimensões (L x A x P): 95 x 209 x 275mm Características Adicionais: Tensão: 90 / 265 V Modelo: AMT 2018 E3G com Comunicação de dados via tecnologias Ethernet / Base Protocolo TCP/IP Capacidade de uso de até 4 teclados XAT 2000 LCD e 4 receptores XAR 4000 Smart, Programação remota via placa fax/modem e Ethernet e 3G, 2 saídas PGM programáveis, Aceita até 128 dispositivos sem fio (modulação OOK) com bateria. Marca: Intelbrás. Compatível ou de melhor qualidade.		Un	01
				43.315,88

	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:  Smart TV Led 50" HQ 4K com conversor digital externo 3 HDMI 2 Usb Wi-fi Android		Un	04	
	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:  Serviço de mão de obra de remoção de cabeamento e câmera analógica, serviço de cabeamento e infraestrutura na parte externa em tubulação de eletroduto plástico (fornecido) com instalação de 55 câmeras e configuração do sistema, fornecimento de conexões incluso. Reconfiguração do sistema de alarme externo do perímetro. Instalação de infraestrutura subterrânea para cabeamento Fazenda solar com instalação de 4 postes de 2,5" para fixação das câmeras.		Un	01	

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (Doze) Meses contados da assinatura contratual na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. *A descrição do item foi acrescida de marca, como referência de qualidade, seguida das expressões: “ou compatível”, “ou de melhor qualidade” (Acórdão nº 2.300/2007 - Plenário - Tribunal de Contas da União), a fim de se adquirir produto que tenha reconhecida durabilidade. Não se pode ignorar que a qualidade do produto a ser adquirido é relevante para o interesse da Administração Pública, podendo-se afirmar que, no presente caso, é essa a vantagem buscada pelo Administrador, daí a necessidade da exigência de material com qualidade assegurada e reconhecida.*

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 4.1. Sustentabilidade:

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1. Os bens descritos no Termo de Referência deverão, sempre que possível, seguir os critérios de sustentabilidade ambiental elencados no art. 4º do Decreto nº 7.746/2012, alterado pelo Decreto nº 9.178/2017, observando-se: a origem

sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens; o baixo impacto sobre recursos naturais; a maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia, quando couber; e a maior vida útil e menor custo de manutenção do bem.

4.2.2. Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, também deverão ser observados os seguintes critérios elencados no art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1 de 19 de janeiro de 2010:

- a) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- b) Quando for o caso, que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

#### **Subcontratação**

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega e **instalação** dos bens é de 60 (sessenta) dias, contados a partir do primeiro dia útil, em remessa única.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Centro de Coordenação-Geral (CCG), Setor Policial (SPO) - Área 5 - Quadra 3 - Bloco K CEP: 70610-200 – Brasília – DF, em dias úteis.

5.3. *Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.*

5.4. *Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.*

5.4.1. *Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.*

5.5. *O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.*

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

### **Fiscalização Administrativa**

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

### **Gestor do Contrato**

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.3. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de crédito**

7.23. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.24. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

### Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

### Exigências de habilitação

8.3. *Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:*

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.



8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### **Habilitação jurídica**

8.14. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.15. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.16. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.17. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.18. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.19. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.21. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.22. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.23. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.24. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.25. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.26. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.27. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.28. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.29. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.30. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.31. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.32. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.33. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Técnica**

8.34. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta dispensa, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.34.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.34.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 43.315,88** (quarenta e três mil trezentos e quinze reais e oitenta e oito centavos), conforme o contido no mapa comparativo de preços.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- Órgão/Gestão: 110511/0001;
- Programa: 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional;
- Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção e Aprimoramento do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam;
- Fonte: 1000 - Recursos Livres da União;

- Plano Orçamentário (PO): 0007 – Funcionamento do Censipam;
- Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 228789; e
- Código do Sistema PTA/2024: 189/24 - Modernização e ampliação de Circuito Fechado de TV de Cercamento Eletrônico.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Anexo 1 Termo de Recebimento Provisório



MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL  
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E PESSOAS  
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

### TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Tendo em vista o que determina o Termo de Referência, Processo: 60090.000481/2023-18, celebrado entre o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM e a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, declara aceitar em Caráter Provisório o equipamento abaixo relacionado, estando tudo dentro das especificações exigidas e de acordo com o Termo de Referência.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1			

2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			

Brasília - DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo (responsável da contratante)

## 12. Anexo 2 Termo de Recebimento Definitivo



MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL  
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E PESSOAS  
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

**TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ no ano de 202\_\_\_\_ a equipe de fiscalização e recebimento dos equipamentos abaixo relacionado, composta pelos Srs. \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_, Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo, tendo em vista o prazo de 10 (dez) dias decorridos da data do recebimento provisório (dia, mês, ano), estando os equipamentos em perfeito estado, recebem Definitivamente o mesmo, não eximindo a contratada das responsabilidades e obrigações previstas no Código Civil Brasileiro e de Defesa do Consumidor.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			

8			
---	--	--	--

Brasília-DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo (responsável da contratante)

### 13. Anexo 3 Modelo de proposta



MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL  
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E PESSOAS  
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

#### MODELO DE PROPOSTA

Proposta que faz a empresa \_\_\_\_\_, para fornecimento de câmeras de vídeo monitoramento e dispositivos de segurança para atender às necessidades do CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA (CENSIPAM), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

item	Especificação do Serviço	Un	QDT	Valor	
				Unitário	Total
1	Câmera VHL 1220 B, Modelo Bullet HDCVI LITE 2 megapixels, Alta definição de Imagens Full HD 1080p, Menu OSD na linha de entrada, Novo protocolo HDCVI, Sensor 1/2.7" 2 megapixels CMOS Pixels efetivos 1920 (H) x 1080 (V) Linhas horizontais 1920H Resolução real Full HD: 1080p, linha HDCVI LITE, Similar ou compatível com a Intelbrás.	Un	47		
2	Sistema Circuito Fechado Tv Componentes: Dvr com capacidade de armazenamento de até 10tb, Modelo MHDX 16 Canais, Tipo Sistema: Gravação Digital Aplicação: Sistema De Segurança GRAVADOR DIGITAL DE VÍDEO Compatível com 5 tecnologias: HDCVI + AHD + HDTV + Analógica + IP Compressão de vídeo H.265 e H.265+ Detecção inteligente de pessoas e veículos Saídas de vídeo VGA, HDMI e BNC Visualização em 1080p Compatibilidade com protocolo Onvif Modo NVR Transforma todos os canais BNC em IP Função BNC + IP Adiciona câmeras IP ao DVR Suporta 1 HD SATA de alta capacidade Edição de áudio e vídeo Compatível com redes Wi-Fi através de adaptador USB com Hd 4tb Purple. Marca: Intelbrás. Compatível ou de melhor qualidade.	Un	04		
3	Cabo Modelo UTP para redes de dados categoria CAT.6 com 8 vias de cobre 23 AWG, Frequência de operação: até 250 MHz, Impedância 100 Ohms, Classificação frente à chama CMX 70°C, Condutores sólidos de cobre, Capa isolante em PVC, Sem blindagem para Uso interno. com bobina de 300mts.	Un	03		
4	Cabo Coaxial Material Cobertura: Pvc Anti-Chama Flexível Aplicação: Ligação De Câmera De Cftv Tipo Blindagem: Com 95% Malha De Cobre Material Do Condutor: Cobre Prateado Cor Da Cobertura: Branca Tipo: Rg59 Características Adicionais: Velocidade De Propagação Nominal De 66% Impedância: 75 OHM Diâmetro Externo: 4 MM Capacitância Nominal: 101 PF/M Diâmetro Condutor Exterior: 4 MM Bobina de Cabo CFTV 100/3004MM 80% de Malha 2X26 AWG 100% Cobre NU com alimentação. com bobina de 300mts.	Un	01		
5					

	Conversor Impedância Características Adicionais: Leds: Sinalização De Video E Alimentação Tensão Alimentação: 12 V Tipo Conexão Entrada: Rj45 Aplicação: Interligação De Equipamento De Vídeo E Alimentação, Tipo Baluns passivos com transmissão de vídeo com Proteção contra surtos de tensão, Filtro contra interferência e ruídos, Conector com parafuso, Conector BNC macho, Categoria do cabo UTP: 5 ou superior, Compatíveis com o formato de vídeo NTSC, Compatíveis com as tecnologias analógicas tradicionais, HD, Full HD, 4MP e 4K, Similar ou compatível com a Intelbrás	Un	25		
6	Central Monitoramento com receptor sem fio Compatibilidade Sistemas: Comunicação Ethernet Dimensões (L x A x P): 95 x 209 x 275mm Características Adicionais: Tensão: 90 / 265 V Modelo: AMT 2018 E3G com Comunicação de dados via tecnologias Ethernet / Base Protocolo TCP/IP Capacidade de uso de até 4 teclados XAT 2000 LCD e 4 receptores XAR 4000 Smart, Programação remota via placa fax/modem e Ethernet e 3G, 2 saídas PGM programáveis, Aceita até 128 dispositivos sem fio (modulação OOK) com bateria. Marca: Intelbrás. Compatível ou de melhor qualidade.	Un	01		
7	Smart TV Led 50" 4K Hq conversor digital externo 2 HDMI 2 Usb Wi-fi Android	Un	04		
8	Serviço de mão de obra de remoção de cabeamento e câmera analógica, serviço de cabeamento e infraestrutura na parte externa em tubulação de eletroduto plástico (fornecido) com instalação de 55 câmeras e configuração do sistema, fornecimento de conexões incluso. Reconfiguração do sistema de alarme externo do perímetro. Instalação de infraestrutura subterrânea para cabeamento Fazenda solar com instalação de 4 postes de 2,5" para fixação das câmeras.	Un	01		

Declaramos que atenderemos a todos os dispositivos constantes no Termo de referência, Anexo I aviso da dispensa eletrônica nº \_\_\_\_\_/202\_\_\_\_.

Declaramos que os preços contidos nesta proposta incluem todos os custos e despesas referentes ao objeto da Dispensa, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, transporte, mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

Prazo de validade da proposta: \_\_\_\_\_ dias (não inferior a 60 (sessenta) dias).

Dados da empresa:

Razão Social:

Inscrição Estadual:



CNPJ:

Endereço:

E-mail:

Telefone:

Dados bancários:

Local e data:

---

Assinatura do Representante Legal da Empresa

**14. Anexo 4 Modelo de Ordem de Serviço**

MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL  
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E PESSOAS  
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

**MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO (OS)****MANUTENÇÕES CORRETIVAS DO SISTEMA DE CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO (CFTV)**

	OS Nº	CRITICIDADE: ( ) ALTA    ( ) MÉDIA ( ) BAIXA
	LOCAL DA MANUTENÇÃO:	

CONTRATANTE	SISTEMA:		EQUIPAMENTO
	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO SOLICITADO:		
	MATERIAL EXISTE NO ESTOQUE DA CONTRATANTE: ( ) SIM ( ) NÃO		DATA ENTREGA DO MATERIAL A CONTRATADA:
	PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO:		
	OBSERVAÇÕES:		
CONTRATADA	DATA DE EMISSÃO DA OS: _____		RECEBI EM: _____
	Fiscal do Contrato		Contratada
	SUBSTITUIÇÃO DE PEÇA/MATERIAL:		( ) SIM ( ) NÃO
	NOME DA PEÇA/MATERIAL SUBSTITUÍDO:		
	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO EXECUTADO:		
	TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO:		DATA DE CONCLUSÃO:
SOLICITAÇÃO DE MATERIAL /MATERIAIS DEMANDADOS PELA CONTRATANTE	Parecer do Fiscal do Contrato: Face a inexistência do material /peça _____, no almoxarifado/estoque do Censipam e considerando que a não execução do serviço compromete o funcionamento do sistema/equipamento _____, solicito autorização para o fornecimento do material, em caráter excepcional, pela CONTRATADA em conformidade com o previsto no Contrato nº _____.		
	Data:		_____ Fiscal Administrativo do Contrato
	Autorizo o fornecimento da peça/material, pela Contratada, em caráter excepcional, que deverá ser adquirido em conformidade com o previsto no Contrato nº _____.		
	Data:		_____ Fiscal Técnico do Contrato

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**THIAGO ERMERSON BEZERRA SILVA**

Integrante Administrativo



*Assinou eletronicamente em 15/04/2024 às 14:39:12.*

**JOAO RICARDO BANDEIRA SALES**

Integrante Técnico



*Assinou eletronicamente em 15/04/2024 às 11:52:35.*

**HILQUIAS AUGUSTO SANTIAGO DE SOUSA**

Responsável pela Demanda



*Assinou eletronicamente em 23/04/2024 às 18:13:38.*